

# Como Deus sendo justo justifica o ímpio?

Todos os questionamentos surgem porque falta a compreensão de como se dá a justiça de Deus. Como Deus justifica o ímpio ( Rm 3:26 ), se Ele mesmo afirmou que jamais justifica o ímpio ( Ex 23:7 ). Se é reto que a justiça condene o culpado, um juiz que absolve ou justifique o injusto não age injustamente?

---

## Como Deus sendo justo justifica o ímpio?

### Introdução

Uma das inestimáveis doutrinas do Cristianismo é a justificação. Tal doutrina foi abordada pelo apóstolo Paulo quando escreveu aos cristãos em Roma, porém, é mal compreendida por muitos cristãos.

A incompreensão da doutrina da justificação é nítida desde os primeiros pais da igreja e, assim continuou no período da Idade Média.

Com o advento da reforma, muitos pensam que houve um retorno aos princípios do evangelho, e que, daí por diante, o conceito de justificação é o mesmo que foi apresentado pelos apóstolos. Grande equívoco!

### Justificação forense

Quanto ao sentido do termo traduzido por 'justificar' no Antigo Testamento, na sua maioria o erro decorre da conotação moral e ética que atribuem ao termo. Porém, a vertente mais perniciosa é aquela que vê no termo aspectos forense, como quando uma pessoa comparece perante um tribunal e é declarada

judicialmente justa por ter uma vida coerente com as exigências legais, pois o sentido neotestamentário do termo “justificar” não guarda relação com a justiça dos tribunais, pois a justiça de Deus se dá através do seu poder.

O apóstolo Paulo é claro ao dizer que o evangelho de Cristo é poder de Deus para salvação de todo o que crê, pois no poder de Deus se descobre a justiça de Deus ( Rm 1:16 -17). Jesus ao curar um paralisado disse: “[Ora, para que saibais que o Filho do homem tem sobre a terra poder de perdoar pecados \(disse ao paralisado\), a ti te digo: Levanta-te, toma a tua cama, e vai para tua casa](#)” ( Lc 5:24 ). Ou seja, a justificação se dá pelo poder de Deus, sem qualquer referencia a um tribunal.

A justiça forense não justifica os réus, somente emitem uma sentença de que aquela pessoa é inocente ou culpada, o que é diferente de declarar alguém justo. Num tribunal verifica-se somente uma conduta isolada, ou seja, não se analisa a vida de quem é julgado, o que inviabiliza declarar alguém justo ou injusto.

Ao pensarmos em um tribunal divino, temos que considerar que tal tribunal foi estabelecido no Éden, quando Adão pecou. Naquele momento ele foi julgado e apenado com a morte, separação, alienação de Deus “[Pois assim como por uma só ofensa veio o juízo sobre todos os homens para condenação, assim também por um só ato de justiça veio a graça sobre todos os homens para justificação de vida](#)” ( Rm 5:18 ).

Naquele evento todos os homens pecaram. Naquele ‘tribunal’ toda a humanidade tornou-se destituída da glória de Deus ( Rm 3:23 ; 1Co 15:22 ). Como a pena emitida no ‘tribunal’ do Éden poderia ser aplicada a Cristo se a pena não pode passar da pessoa do transgressor? Como a justiça de Cristo pode ser atribuída por Deus aos culpados?

Naquele tribunal houve uma única sentença: condenação!

E como uma pessoa condenada pode ser declarada justa por Deus se a justificação bíblica não é forense?

Por causa destas indagações, muitos teólogos, ao especular sobre a natureza da justificação consideram que o homem justificado não se torna justo, antes só é declarado justo. Ou seja, embora não seja justo, Deus faz uma declaração e trata tal homem como se fosse justo, mas que na realidade não é justo. Está é a teoria predominante nos meios acadêmicos que se firmou desde a reforma com Lutero.

Para os acadêmicos, 'tornar justo' e 'declarar justo' são afirmações distintas, ao afirmar que Deus declara o homem justo sem torná-lo justo.

É possível Deus verdadeiro declarar uma mentira? Não é injusto tratar o injusto como se fosse justo?

Mesmo que se considere que ser declarado justo não possui relação direta com ser justo, não se pode ignorar que a declaração procede de Deus que, além de ser justo, vela sobre a sua palavra para cumprir e, a sua palavra jamais volta vazia. Se Deus declarar justo o homem que não é justo comete injustiça, assim como também se mostra impotente para cumprir sua palavra, que seria inócua.

Portanto, em conformidade com Antigo Testamento, justificar implica na certeza de que a pessoa é inocente e, depois, declarar o que de fato é a verdade: que a pessoa é isenta de culpa, justa, que se porta conforme a lei. Se isto era exigido dos tribunais humanos que se dirá de Deus? ( Dt 25:1 )

Na Reforma protestante, Lutero procurou reafirmar um sentido forense para o termo 'justificação', considerando que a 'justificação' seria um 'direito legal' de se ter comunhão com Deus. Ele apresentou esta proposta para fugir da afirmação de que a justificação seria uma justiça infundida no homem. Mas, de onde tal direito 'legal' surgiu para que o homem lançasse mão dele?

Todos os questionamentos surgem porque falta a compreensão de como se dá a justiça de Deus. Como Deus justifica o ímpio ( Rm 3:26 ), se Ele mesmo afirmou que jamais justifica o ímpio ( Ex 23:7 ). Se é reto que a justiça condene o culpado, um juiz que absolve ou justifique o injusto não age injustamente?

Millard J. Erickson, em sua Introdução à Teologia sistemática, define que a justificação é um ato forense de imputação da justiça de Cristo ao crente', mas que *'não é de fato uma infusão de santidade no indivíduo'*. Ele arremata dizendo que *'não é uma questão de tornar a pessoa justa ou de alterar a sua condição espiritual'* Erickson, Introdução a Teologia Sistemática, p. 409.

Neste mesmo sentido Scofield diz que *'o pecador crente é justificado, isto é, tratado como justo (...) A justificação é um ato de reconhecimento divino e não significa tornar uma pessoa justa...'* Scofield, Bíblia de Scofield com referencias, Rm 3:28, p. 1147.

O Dr. Emery H. Bancroft diz que o método da justificação é divino e não humano, visto que o homem só pode justificar o inocente e Deus justifica o culpado, sendo que *'Deus [justifica](#) à base da misericórdia'* e o *'homem justifica a base do mérito'* Bancroft, Teologia Elementar, p. 256. Por fim, ele alega que o homem precisa ser salvo do seu caráter, esquecendo-se que não foi o caráter que estabeleceu a alienação de Deus, mas o pecado.

Certo é que, quanto ao fundamento, a justificação tem por base a justiça de Cristo, pois o homem é incapaz de promover a sua justificação. Embora seja verdadeira a premissa de que Cristo se fez justiça para a humanidade, persiste a pergunta: como se processa a justiça de Deus ao justificar o injusto, sendo Ele absolutamente justo?

A resposta encontra-se no evangelho, ou seja, no poder de Deus.

## **O poder de Deus para justificação**

A necessidade de justificação se deu a partir da queda de Adão. Com a desobediência de Adão o pecado entrou no mundo e a humanidade herdou uma natureza alienada de Deus, uma natureza separada e, conseqüentemente, toda a humanidade é injusta desde seu nascimento ( Sl 51:5 ; Sl 58:3 ; Gn 8:21 ).

A justiça é reta: a alma que pecar esta mesma morrerá ( Ez 18:20 ). De igual modo, a Bíblia deixa claro que todos pecaram e foram destituídos de compartilhar da comunhão com Deus ( Rm 3:23 ). Neste sentido, todos devem ser assalariados com a morte, pois a pena não pode passar da pessoa do transgressor e Deus jamais declara o ímpio justo.

Embora Deus seja misericordioso, a sua justiça não tem por base a misericórdia, e sim o seu poder. Como a todos os homens está determinado morrerem uma só vez, vindo após isto o juízo de obras que se realizará diante do grande trono branco, juízo onde ninguém será justificado tendo em vista a condenação do Éden *"E, como aos homens está ordenado morrerem uma vez, vindo depois disso o juízo..."* ( Hb 9:27 ; Ap 20:12 -13 ), o evangelho é a providencia divina para que o homem seja apenado com Cristo, e não com o mundo.

Quando o homem crê em Cristo conforme o que as Escrituras dizem, naquele

instante toma sobre si a própria cruz e segue após Cristo [“E quem não toma a sua cruz, e não segue após mim, não é digno de mim”](#) ( Mt 10:38 ). Ao crer, o homem torna-se participante da carne e do sangue de Cristo, momento que lhe é comunicado as aflições, vitupérios e a morte de Cristo [“Para conhecê-lo, e à virtude da sua ressurreição, e à comunicação de suas aflições, sendo feito conforme à sua morte”](#) ( Fl 3:10 ).

Quem crê sai juntamente com Cristo ao arraial e leva sobre si o vitupério de Cristo, pois é crucificado e morto juntamente com Cristo [“Saíamos, pois, a ele fora do arraial, levando o seu vitupério”](#) ( Hb 13:13 ). Quando o homem é morto com Cristo, Deus executa justiça e, conseqüentemente a sua palavra, pois a alma que pecar esta mesma morrerá, ou seja, a penalidade não passa da pessoa do transgressor, pois quem está morto está justificado do pecado.

Quando o homem crê em Cristo, ou seja, admite (confissão) que Ele é o Filho do Deus vivo, é porque também admitiu (confissão) que é pecador. Neste instante o homem é crucificado, morre e é sepultado com Cristo [“Ou não sabeis que todos quantos fomos batizados em Jesus Cristo fomos batizados na sua morte? De sorte que fomos sepultados com ele pelo batismo na morte”](#) ( Rm 6:3 - 4).

Ou seja, a justiça exigida por Deus é estabelecida, pois a pena prevista não passa da pessoa do transgressor. Embora a morte física de Cristo tenha sido substitutiva, contudo a cruz, a morte e o sepultamento não o são, pois os que creem são participantes da circuncisão de Cristo, que é o despojar de toda a carne ( Cl 2:11 ).

Através da morte de Cristo, o homem culpado que surgiu através da semente de Adão é apenado com a morte, de sorte que Deus jamais justifica o ímpio. A alma que pecar, esta mesma morrerá e, através da morte com Cristo a determinação divina se concretiza. A ira divina requer juízo e a sua misericórdia não impede que esse juízo seja executado: o homem precisa morrer com Cristo.

É por isso que o apóstolo Paulo diz: [“Porque aquele que está morto está justificado do pecado”](#) ( Rm 6:7 ), pois o velho homem foi crucificado, morto e sepultado conforme merecia. O homem gerado segundo a semente corruptível de Adão jamais receberá de Deus a declaração de justo. Deus jamais justifica o ímpio, pois ao ímpio não há paz, antes espada, morte.

Demonstramos que Deus é justo, agora falta demonstrar como Ele é justificador

dos que creem em Cristo [“Para demonstração da sua justiça neste tempo presente, para que ele seja justo e justificador daquele que tem fé em Jesus”](#) ( Rm 3:26 ).

## **Justificador**

Quando o pecador morre com Cristo Deus é justo, quando ressurge um novo homem dentre os mortos com Cristo pelo poder de Deus, Deus é justificador! Sem contradição alguma! Justo e justificador é o Senhor!

No momento que é criado um novo homem, Deus o declara justo, livre de culpa, pois o novo homem é criado em perfeita justiça e santidade ( Ef 4:24 ). A velha criatura jamais é declarada justa, mas aqueles que recebem poder para serem feitos filhos, estes Deus os declara justos.

Quando Deus olha o homem ressurreto com Cristo, não precisa olhar para Cristo para declará-lo justo, visto que ao olhar para o cristão Deus vê um dos seus filhos, gerado segundo a palavra da verdade. Deus só declara justos os nascidos de novo e, para os de novo nascidos, eis que tudo se fez novo.

Quando Deus anuncia que jamais justifica o ímpio, temos que considerar que Ele se refere ao homem gerado de Adão. Quando lemos o apóstolo Paulo afirmando que Deus justifica o ímpio temos um novo contexto, pois ele faz referencia a fé que o ímpio professa [“Mas, àquele que não pratica, mas crê naquele que justifica o ímpio, a sua fé lhe é imputada como justiça”](#) ( Rm 4:5 ).

A Bíblia demonstra que Jesus ressurgiu para a nossa justificação [“O qual por nossos pecados foi entregue, e ressuscitou para nossa justificação”](#) ( Rm 4:25 ), pois ao ressurgir com Cristo, o homem é criado justo e declarado justo, pois tal declaração implica em uma atestado divino de que a nova criatura em Cristo de fato foi criada em verdade e justiça , portanto, é justa.

Assim como o pecado de Adão foi imputado à humanidade por causa da semente corruptível, assim também a justiça de Cristo é imputada ao homem em decorrência da semente incorruptível, pois na regeneração os homens passam a ser participantes da natureza divina, sendo justos e perfeitos como o é o Pai celeste quando ressurgem dentre os mortos com Cristo ( Rm 1:4 ).

O meio pelo qual o homem se apropria da justificação é somente pela fé. Quando dizemos que é pela fé, não quero dizer com isso que é a crença do homem que opera tal obra, antes é a fé que havia de se manifestar, Cristo, o poder de Deus, o evangelho. Como já mencionamos. A justificação se dá em decorrência do poder de Deus, ou seja, basta confiar no poder de Deus contido no evangelho [“Sepultados com ele no batismo, nele também ressuscitastes pela fé no poder de Deus, que o ressuscitou dentre os mortos”](#) ( Cl 2:12 ).

É por isso que Jesus perdoou os pecados do paralisado com base no seu poder, visto que a justificação se dá através do poder que trás à luz o novo homem, e não conforme muitos apregoam, de que a justificação se dá através de princípios forenses [“Ou não tem o oleiro poder sobre o barro, para da mesma massa fazer um vaso para honra e outro para desonra?”](#) ( Rm 9:21 ).

O mesmo poder que foi manifesto em Cristo ressuscitando-o dentre os mortos é o poder que opera naqueles que creem na força do poder de Deus, que é o evangelho. Todos quantos já ressurgiram são de fato justificados, pois além de serem declarados justos, também foram feitos justos [“E qual a sobre-excelente grandeza do seu poder sobre nós, os que cremos, segundo a operação da força do seu poder, que manifestou em Cristo, ressuscitando-o dentre os mortos, e pondo-o à sua direita nos céus”](#) ( Ef 1:19 -20 ; 1Co 1:18 e 24).